



GRADUAÇÃO PÚBLICA É EFICIENTE, DIZ BIELSCHOWSKY

Página 7

FUTURE-SE, FUTURE-SE & DESEDUQUE-SE

NÃO HÁ FUTURO COM O FUTURE-SE

PROJETO DO MEC destrói os pilares da universidade pública, gratuita e de qualidade. “Em análise preliminar, o texto ataca frontalmente o artigo 207 da constituição federal que define a autonomia universitária”, reagiu a a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho. “O Future-se coloca em risco o patrimônio físico, científico, artístico e cultural das universidades. Não temos pressa, vamos discutir com a comunidade acadêmica. Teremos uma contraproposta”. Apresentado em clima pirotécnico, o projeto está sob consulta pública, mas não há opção para a rejeição ao documento.

1.

Organização social o programa será executado por contratos de gestão com Organizações Sociais, que vão gerir os recursos de empreendedorismo e pesquisa.

2.

Patrimônio Os imóveis de propriedade das universidades participantes poderão ser destinados à integralização de cotas no fundo que vai financiar o programa.

3.

Hospital Universitário na minuta do projeto de lei, os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos privados de assistência à saúde.

EDITORIAL

REFORME-SE E ES-ERIA

DIRETORIA DA ADUFRJ

Com uma certa pompa e muito marketing, o governo finalmente anunciou algo que pode ser classificado como um programa para a educação. Batizado de “future-se”, o projeto sugere uma modernização sem precedentes do ensino superior, baseada na “parceria com organizações sociais e fomento à captação de recursos próprios”. Apesar de conter alguns elementos positivos, a apresentação foi um tanto superficial e deixou mais perguntas que respostas, mas agora que existe uma conversa, façamos nossa parte para mantê-la.

Em primeiro lugar, é preciso reafirmar que a universidade pública brasileira funciona. Além de formar anualmente milhares dos profissionais mais qualificados nas suas respectivas especialidades, ela presta serviços inestimáveis à sociedade (por meio de seus hospitais, por exemplo) e compõe o motor científico do país que hoje é o 14º maior produtor mundial de conhecimento. Com isso não se quer dizer que não há espaço para melhora, e o sistema está longe de ser perfeito. Mas, dessa e doutras vezes, o governo já sugeriu que as universidades são entidades falidas (e, logo, que apenas algo “ousado” e “destemido” como o Future-se as salvariam), o que é simplesmente falacioso.

Bom, se a universidade brasileira – dentro de suas limitações – funciona, poderia se esperar que soluções para a sua melhoria viessem da própria universidade, certo? Pois bem, foi isso que o governo não fez. Isto é gravíssimo, pois a pedra angular do Future-se é o financiamento alternativo privado das universidades, algo extremamente complexo e controverso. Claramente, a melhor maneira de se introduzir novas formas de autofinanciamento seria ouvir os setores da universidade, para que essas fontes de recurso extra pudessem complementarda forma mais natural possível a estrutura existente, e não simplesmente importar uma solução semipronta. Não à toa, na apresentação abundavam os termos empreendedorismo e start-ups – que são muito importantes e devem ser fomentados na universidade – enquanto as menções à qualidade do ensino, à pesquisa pura, aos hospitais, à assistência estudantil, etc, foram próximas de zero.

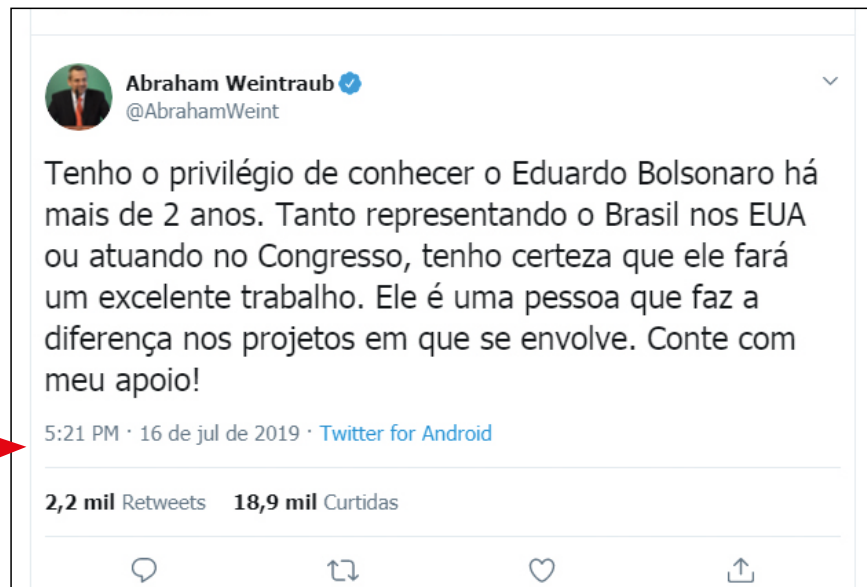
Por fim, é importante salientar que qualquer tipo de finan-

REPRODUÇÃO DA CAPA DO NÚMERO ANTERIOR DO JORNAL DA ADUFRJ



ciamiento alternativo privado não pode, de forma alguma, meramente substituir o aporte público. A missão primeira da universidade brasileira, que é a de gerar conhecimento e recurso humano de qualidade, envolve investimento pesado em áreas e setores que simplesmente não são “lucrativos”, ao menos no curto e médio prazo. Como garantir que o novo financiamento prometido tenha esse mesmo compromisso? Se o ministério quiser continuar a conversa, esse pode ser o nosso desafio.

DESELEGÂNCIA. MINISTRO DA EDUCAÇÃO CHEGOU ATRASADO, SAIU CEDO E TUITOU SOBRE EDUARDO BOLSONARO DURANTE A APRESENTAÇÃO DO FUTURE-SE AOS REITORES.



Realizada na tarde de terça-feira, 16, no prédio do MEC em Brasília, a apresentação do Future-se para os reitores não contou com grande atuação do ministro Abraham Weintraub. O encontro durou das 16h até às 18h30, mas ele ficou menos de 40 minutos na sala, e no pouco tempo que ficou não desgrudou do celular (veja foto). As 17h21, enquanto os reitores se debruçavam sobre o projeto que promete mudar as universidades, Weintraub tuitou seu apoio à nomeação de Eduardo Bolsonaro.



■ Neste domingo começa a 71ª Reunião Anual da SBPC - Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Campo Grande, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. O Observatório do Conhecimento estará presente. Na quinta-feira, 25, às 10h30, será realizado um debate sobre a conjuntura das universidades. Debaterão o professor Leonardo Avritzer (UFMG), e as professoras Lígia Bahia (UFRJ) e Vanderlan Bolzani (UNESP/SBPC).

AGENDA

21 A 28/07

71ª EDIÇÃO DA REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA (SBPC)

13/08

GREVE NACIONAL DA EDUCAÇÃO

AdUFRJ vai marcar Assembleia Geral sobre o tema

FUTURE-SE, FUTURE-SE & DESEDUQUE-SE

Projeto de Lei preocupa reitores e mostra pior face do Future-se

> Mais invasivo e detalhado do que a apresentação pirotécnica do MEC, PL permite até atendimento de convênios nos hospitais universitários. Consulta pública prevê interferência na eleição para reitor

ANA BEATRIZ MAGNO
E KELVIN MELO
comunica@adufrj.org.br

“O Future-se não resolve o futuro das universidades. E muito menos o presente”.

“Ele não é projeto para a educação. É um plano de negócios para aumentar o caixa do governo e esfacelar o patrimônio público”.

“O governo não contou seu verdadeiro objetivo. Ele não deseja libertar a universidade. Ele quer ser livrar do custeio das universidades”.



coloca em risco o nosso patrimônio físico, científico, artístico e cultural”, analisou a reitora da UFRJ, professora Denise Pires de Carvalho. “Vamos apresentar uma contraproposta. Não temos pressa. Vamos debater com a comunidade acadêmica”.

O governo tem pressa. Em sua apresentação midiática, na manhã de quarta-feira, 17, Abraham Weintraub, o ministro que já comparou a educação com chocolates e já posou de Gene Kelly, surgiu na escuridão do palco com clima high tech, e discurso em tom motivacional. “O futuro chegou. Queremos libertar as universidades, queremos libertar os nossos jovens”, profetizou.

O que o ministro chama de liberdade, parte da comunidade acadêmica escuta como privatização e perda de autonomia.

De acordo com o projeto de lei enviado aos reitores – que não foram consultados sobre o Future-se – o programa será operacionalizado por contratos de gestão com uma organização social. Cada OS deve gerir um conjunto de universidades. “Há pontos obscuros sobre qual será o papel das Organizações Sociais. O que significa transferir a responsabilidade de gestão para uma OS? No que isso impacta a autonomia da universidade?”, questionou o vice-presidente da Andifes, João Carlos Salles, reitor da Federal da Bahia (UFBA).

O discurso do governo é liberar os reitores da tarefa de gestão de despesas que consomem a maior parte do orçamento discricionário das universidades, como a terceirização. Também diz que irão transformar os reitores em chanceleres do conhecimento e que o MEC será uma espécie de APEX da Educação.

“Queremos isentar os reitores dessas tarefas para que os professores pensem em pesquisa, para que pensem em dar aula”, afirmou Arnaldo Lima, o secretário de Educação Superior do MEC, escalado para detalhar o Future-se para os reitores. “Os professores podem ficar ricos”, festejou.

De acordo com os documentos do MEC, o Future-se será acompanhado e supervisionado por um Comitê Gestor, que terá composição e funcionamento “definidos em regulamento”. Será um Comitê com fortes poderes, inclusive na administração da universidade e na escolha dos reitores. Entre suas atribuições, está “definir o critério para aceitação das certificações, para fins de participação no processo eleitoral dos reitores”. “Ou seja, não reitoraremos mais nem seremos eleitos. A OS será o CEO da universidade”, ironizou um reitor.

MUDANÇA NA LEI

A implantação do Future-se foi celebrada pela equipe do MEC como uma forma de driblar a lei de licitações e a legislação de teto de gastos. Antes de driblar as leis, o Future-se terá que mudá-las. Para viabilizar o projeto será necessária, no mínimo, a modificação de 17 leis existentes, segundo o próprio projeto de lei, preparado pelo MEC e enviado aos reitores.

São normas sobre organizações sociais, passando por incentivos à pesquisa, imposto de renda, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, lei das carreiras do magistério, até a legislação que determina a gratuidade dos hospitais universitários. A modificação neste ponto é profunda. “Os hospitais universitários poderão aceitar convênios de planos pri-

vados de assistência à saúde”. Curiosamente, esse trecho do PL não consta do texto da Consulta Pública, criada pelo MEC como ferramenta de democratização do projeto. “Estamos abertos ao diálogo. A Consulta é a prova disso”, disse Arnaldo Lima. Ele não informou, no entanto, que a plataforma da Consulta no site do MEC não permite a rejeição ao projeto (leia mais na página 6).

FUNDO SOBERANO

Todas as ações do Future-se serão financiadas por um grande fundo de investimento, chamado de Fundo Soberano do Conhecimento. Segundo o governo, o aporte inicial seria da ordem de R\$ 100 bilhões. Metade seria conseguida com a alienação ou concessão de patrimônio da União espalhado pelo país e hoje sem uso – terrenos vazios em universidades incluídos. Ou seja, o dinheiro não existe. E, se tudo correr bem, ainda deve demorar a render. O próprio MEC prevê alívio financeiro para as universidades somente daqui a 10 anos.

“Como vai ser operado este fundo? Como vai se relacionar com as universidades? É preciso muita cautela”, avalia o pró-reitor de Planejamento e Finanças da UFRJ, professor Eduardo Raupp. “A UFRJ já tem parque tecnológico, já tem incubadora, já tem relação com o setor privado, com empresas públicas. Isso não chega a ser uma novidade, mas os normativos legais que estão propondo para fugir do teto de gastos, da Lei de Licitações, não estão muito claros”, completou.

Raupp calcula ainda que, para dar conta das grandes despesas de custeio, a UFRJ teria que captar oito vezes mais receitas próprias do que hoje em dia. “É

muito difícil levar para nossa comunidade uma discussão do futuro, se estamos vivendo uma total incerteza quanto ao presente. Efetivamente, as universidades estão parando e não temos um remédio para isso”, afirma o pró-reitor.

O modelo do fundo do MEC é semelhante ao projeto entre a UFRJ e o BNDES. Citado pelo ministério como inspiração, ele foi contratado em julho de 2018 e um ano depois ainda está em estudo. Nem chegou ao Consumi.

“Ninguém seria contra captar novos recursos para custeio das universidades. O problema é como isso se constitui numa legislação e quais os requisitos para a adesão. Vamos ter que analisar como será essa conformação jurídica”, disse o presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte. Os reitores devem fechar um posicionamento sobre o programa em 25 de julho, quando haverá uma reunião de todos no pleno da entidade.

A consulta pública para opinar sobre o programa, disponível no site do MEC, estará disponível até 15 de agosto. Weintraub já manifestou em diversas entrevistas que as universidades permanecem como estão ou adotam 100% do Future-se: “A adesão das universidades será voluntária, permitindo separar o joio do trigo... as que quiserem ficar no atual modelo, poderão ficar...”, disse, em sua conta no Twitter. As instituições aderentes terão prazo de 180 dias a contar da adesão ao programa, prorrogável por igual período, para adequarem seus estatutos e normativos internos às diretrizes do programa.

ADUFRJ

Para o professor Felipe Rosa, diretor da Adufrj, a ideia de promover fontes alternativas de arrecadação não é necessariamente ruim, desde que não comprometa o financiamento público. “Mas a apresentação me deixou com muitas pulgas atrás da orelha. Foi focada em empreendedorismo, o que não é ruim, é claro que a universidade deve fomentar, mas está longe de ser só isso”, disse. “O papel da universidade pública é gerar conhecimento e recursos humanos em todas as áreas. O centro da atividade universitária essencialmente não é comercial”. Felipe afirma que falta muita informação, principalmente sobre como toda a universidade será ajudada. “E não apenas os setores que têm retorno comercial imediato”.

IMAGEM DA SEMANA



FUTURE-SE, FATURE-SE & DESEDUQUE-SE

POR DENTRO DO PLANO

O projeto de reforma das universidades lançado pelo MEC foi recebido com desconfiança e críticas pela associação dos reitores das instituições federais de ensino superior (Andifes) e por professores da UFRJ. Em entrevista poucas horas após a apresentação do Future-se, os gestores ressaltaram haver problemas mais urgentes a resolver devido

ao corte médio de 30% no orçamento das instituições. Na avaliação de Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia, o projeto é “uma revolução total na vida da universidade”. Para o docente, que faz parte do do Conselho de Curadores da UFRJ, o programa vai representar a perda da autonomia universitária em termos financeiros, administrativos

e acadêmicos.

Já o professor Vicente Ferreira, do Coppead, questiona o tempo que os recursos chegariam para as universidades, de acordo com o modelo de captação proposto. Até os projetos imobiliários apresentarem rentabilidade, serão ao menos três anos. Para o decano do CFCH, Marcelo Corrêa e Castro,

professor da Faculdade de Educação, a autonomia didático-pedagógica corre risco sob o financiamento de fontes privadas. “Teria que haver uma blindagem em relação ao interesse de quem financia”, disse, sob o argumento de que a universidade “não é um “aparelho de produção”. “É um lugar de livre produção”.

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrrj.org.br

“O documento em consulta pública propõe a perda da autonomia universitária porque toda a parte do financiamento fica a critério do MEC”, afirmou o professor Adilson de Oliveira, do Instituto de Economia. Além disso, segundo ele, toda a atuação da universidade se daria a partir de metas definidas por critérios do MEC.

Para Oliveira, o mais grave da proposta é a criação de Sociedades de Propósito Específico por departamento. “Isso vai acabar com as fundações, como a Coppetec”, disse. “É uma revolução total na vida da universidade”, completou o integrante do Conselho de Curadores da UFRJ, que sugeriu à reitoria a organização de um fórum de debates sobre o projeto.

O projeto Future-se, lançado pelo Ministério da Educação na quarta-feira (17), pretende ampliar a captação de recursos privados por parte das universidades e institutos federais. Seus bens podem ser vendidos, concedidos ou alugados. As universidades são obrigadas a firmar contratos de gestão com Organizações Sociais para administrar os recursos privados, departamentos acadêmicos podem ter Sociedades de Propósito Específico e professores têm a possibilidade de lucrar com seus projetos, para além dos salários.

Para ele, o objetivo do Future-se é “inserir a universidade no mercado financeiro e reduzir a autonomia universitária para que o MEC tenha uma capacidade de intervenção maior na vida financeira, acadêmica e administrativa das universidades”.

O presidente da Andifes, Reinaldo Centoducatte, fez críticas ao projeto porque as universidades não foram consultadas e avalia haver muitas dúvidas, como a distribuição dos recursos do fundo privado.

1-CAPTAÇÃO DE RECURSOS PRIVADOS

O projeto do governo propõe a captação de R\$ 102,6 bilhões em recursos privados para o Fundo Soberano do Conhecimento. Deste total, R\$ 50 bilhões correspondem a imóveis da União que seriam cedidos ao MEC. Os bens seriam usados para lançar títulos de investimento imobiliário no mercado financeiro. No entanto, apenas um percentual poderá ser aplicado às universidades, pois o foco é repassar parte da rentabilidade. O governo prevê que R\$ 33 bilhões sejam captados em fundos constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste (criados para alavancar o desenvolvimento destas regiões) e outros R\$ 17,7 bilhões a partir de leis de incentivo fiscal). O MEC ainda estipula R\$ 1,2 bilhão vindos com o lucro de produtos culturais nas universidades e R\$ 700 milhões da utilização econômica do espaço público. O dinheiro não existe. A captação dependerá do interesse de empresas privadas em investir.

2-FUNDO DE AUTONOMIA FINANCEIRA

O projeto prevê a constituição de um Fundo com a finalidade de possibilitar o aumento da “autonomia financeira das IFES”. Podem fazer parte deste fundo receitas advindas de:

- Prestação de serviços como estudos, pesquisas, consultorias e projetos
- Comercialização de bens e produtos com a marca das instituições apoiadas
- Doações da rentabilidade das cotas do MEC nos fundos que dispõe
- Quantia recebida em decorrência das leis de incentivo fiscal
- Alienação de bens e direitos
- Aplicações financeiras, alugueis, dividendos, concessões, foros, comodatos e bonificações
- Exploração de direitos de propriedade intelectual
- Mensalidades na pós-graduação lato sensu
- Acordos e instrumentos congêneres com entidades nacionais e internacionais
- Doações, legados e subvenções realizadas por pessoas físicas ou empresas, de direito privado ou público, inclusive de estados e municípios, outros países e organismos internacionais ou multilaterais

3-UNIVERSIDADES E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

As Organizações Sociais (OSs) passam a gerir os recursos privados, por meio de contratos de gestão firmados com as universidades. A organização social deverá:

- Apoiar a execução das atividades vinculadas aos eixos do programa - Gestão, Governança e Empreendedorismo; Pesquisa e Inovação e Internacionalização.
- Adotar as diretrizes de governança que serão definidas pelo MEC
- Apoiar a execução de planos de ensino, pesquisa e extensão das universidades
- Realizar o processo de gestão dos recursos relativos a investimentos em empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento e inovação;
- Auxiliar na gestão patrimonial dos imóveis das instituições federais participantes
- Adotar programa de integridade, mapeamento e gestão de riscos corporativos, controle interno e auditoria externa

A Organização Social deverá obedecer a requisitos de governança e transparência. As OS deverão

“É fundamental, importante e necessária a garantia da autonomia universidade”. A Andifes vai promover reuniões para analisar o Future-se, principalmente as questões que envolvem mudanças na legislação.

O corte médio de 30% no orçamento discricionário das instituições é o que mais preocupa os gestores universitários. “Fomos chamados a discutir um projeto de financiamento em um momento que as universidades não têm garantias para os próximos meses. É um momento delicado, temos 30% do nosso orçamento de custeio bloqueado. Discutir o futuro é importante, mas temos um presente que ameaça o funcionamento regular”, disse o reitor da UFBA, João Salles. O corte ameaça o pagamento de água, luz, limpeza e segurança, o que pode inviabilizar o funcionamento da maioria das universidades neste semestre.

O professor Vicente Ferreira, do Coppead, avalia que “nas intenções gerais” em captar novos recursos, a proposta é positiva. No entanto, ele aponta o prazo em que os projetos previstos na proposta começariam a apresentar rendimentos às universidades. “Serão no mínimo três anos. Não está claro como as universidades ficarão enquanto não recebem esta renda”, afirma. Ferreira ressaltou que ainda será preciso estruturar legalmente a proposta e levá-la ao Congresso, “o que é uma incógnita” pois depende do interesse dos parlamentares.

Já o decano Marcelo Corrêa e Castro vê perda da autonomia didático-pedagógica com o financiamento privado. “Teria que haver uma blindagem em relação ao interesse de quem financia”, disse, pois a universidade não é um “aparelho de produção” e sim “um lugar de livre produção”. O decano ainda critica o fato de o MEC não ter consultado as universidades durante a elaboração do Future-se. “A universidade não pode ser pensada de fora para dentro. construção desse diálogo se dá em um contexto de bastante ruído”.

manter, em ambiente de transparência ativa da Instituição de Ensino, dados referentes a: suas receitas e despesas; remuneração de seus colaboradores, inclusive dos servidores cedidos; contratos de gestão, com as metas, indicadores de desempenho; prestação de contas e relatórios de avaliação; contratos de aquisição de bens e serviços; e demais dados e informações relevantes à governança pública e ao controle

4-EMPREENDEDORISMO

As universidades que aderirem ao programa deverão atuar para:

- Apoiar a criação, atração, implantação e a consolidação de ambientes promotores de inovação, com foco no estabelecimento de parceria com o setor empresarial, incluindo parques e polos tecnológicos, incubadoras e startups
- Aprimorar modelos de negócios e oferecer inovações à sociedade
- Promover ações de empregabilidade para os alunos das instituições

5-DEPARTAMENTOS E SPES

O programa prevê a criação de Sociedades de Propósito Específico (SPE) por departamento das universidades. A partir destas SPEs, professores podem se associar a projetos, pesquisas ou consultorias. Um percentual do lucro auferido com as atividades serão destinados às universidades.

6-PROFESSOR E LUCRO

O professor em dedicação exclusiva poderá exercer atividade remunerada de pesquisa, desenvolvimento e inovação, com obtenção de lucro por registro de patente ou propriedade intelectual. Tal remuneração é considerada de natureza privada e não conta para plano de cargos e salários ou previdência.

7-ÊNFASE NA ÁREA TECNOLÓGICA

O projeto abrange a área tecnológica, ligada à inovação e a aplicação direta pela sociedade. Nenhum trecho das nove páginas do texto que está em consulta pública menciona as Ciências Humanas e Sociais.

8-EXPLORAÇÃO COMERCIAL DE ESPAÇOS E IMÓVEIS

A universidade que aderir ao programa deve utilizar cessão de uso, concessão, comodato, fundo de investimento imobiliário, parceria público-privada para aumentar receitas. Também deve promover suas marcas e produtos e pode conceder a pessoas físicas ou jurídicas o direito de nomear uma parte de um bem, local ou evento, em troca de compensação financeira (naming rights).

JOGO DE LUZES, SUPETELÃO, JARGÃO FINANCEIRO E SELEÇÃO BRASILEIRA

JULIA NOIA
julia@adufrrj.org.br

Parecia o lançamento de um Iphone. Jogo de luzes na abertura e ministro aparecendo no centro do palco como se fosse um Steve Jobs. Supetelão exibindo um PowerPoint caprichado (alô, Dallagnoll!). Técnicas de oratória do mundo empresarial. Mas o “produto” que a dupla Abraham Weintraub e Arnaldo Lima tentou vender ao público e à imprensa, no último dia 17, foi a “indústria do conhecimento” brasileira.

Weintraub trabalhou com os clichês: “O mesmo ideograma chinês para crise significa oportunidade” e citações de Winston Churchill. Em busca de empatia, Arnaldo Lima foi quem usou e abusou de analogias futebolísticas. Antes de expor o projeto, fez questão de lembrar que na mesma data a Seleção Brasileira alcançou o tetracampeonato mundial há 25 anos. “Não riam, um dia eu joguei futebol e ganhei uma bolsa para estudar nos Estados Unidos”, brincou o secretário da Educação Superior. Ao tratar do Fundo Soberano do Conhecimento, disse que o dispositivo seria a camisa 10 do Future-se. “Vamos falar para o investidor: ‘por que vai investir no Neymar? Vamos investir na base do Santos! Mas não temos a base do Santos, e sim a da Seleção Brasileira’”, comparou.

O Fundo foi apresentado como o grande chamariz para o capital externo. “Sua empresa está preocupada com a Amazônia? Não doe para uma ONG. Ganhe dinheiro!”, sugeriu.

A solução do secretário seria comprar as cotas do fundo para “explorar esse laboratório a céu aberto”. Os jargões financeiros também foram bastante utilizados pelo secretário. Um momento diferente da apresentação, a cinco minutos do fim, foi quando Arnaldo tirou a gravata, ainda em busca de simpatia dos espectadores. O secretário acredita que os estudantes devem confrontar suas barreiras com o empreendedorismo e “botar no bolso”. “Nós temos várias barreiras. No meu caso, hoje, a gravata”, disparou Arnaldo, enquanto se libertava do acessório. Foi “funding” para lá, “Sociedade de Propósito Específico” para cá, “naming rights” acolá, entre outros. Dialogando com investidores, Lima esqueceu apenas de dizer como universidades e institutos federais seriam beneficiadas pelas medidas. Não entregou nada.



FUTURE-SE, FATURE-SE & DESEDUQUE-SE

Texto da Consulta Pública não permite rejeição

> Ministério da Educação não esclarece prazo final nem o que pretende fazer com os resultados da pesquisa eletrônica. Entidades avaliam que iniciativa é demagógica e antidemocrática

ELISA MONTEIRO
elisamonteiro@adufrrj.org.br

Para dar roupagem democrática a seu plano de reforma administrativa das universidades e institutos federais, o Ministério da Educação abriu, na quarta-feira (17), uma consulta pública online sobre o Future-se. O canal, no entanto, não tem opção para concordar ou discordar do texto. Ele oferece apenas opções de avaliação sobre a clareza ou não de cada tópico. Há um formulário para o internauta deixar observações, mas não é um espaço objetivo.

O MEC não informa o que fará com o resultado da consulta, caso o público discorde das propostas. A Adufrj consultou o Ministério da Educação sobre como serão tratadas eventuais

sugestões divergentes da proposta. Até o fechamento, não houve retorno da pasta.

SIMULACRO

A deputada federal Margarida Salomão (PT/MG) considera que “essa consulta é um simulacro de democracia”. “Se o governo desejasse realmente ouvir a sociedade sobre o assunto, teria convidado as entidades que organizam a universidade como a UNE, o Proifes, Andes e Fasubra para conversar”, critica a integrante da Frente Parlamentar pela Valorização das Universidades Federais.

Sobre o conteúdo do projeto, a parlamentar avalia que há um “descolamento da realidade universitária”. “As universidades já geram recursos com suas atividades. Mas são valores complementares, muito aquém do necessário em termos orçamentários”, argumenta.

PRO FORMA

A plataforma da consulta pública sobre o Future-se exige um cadastro prévio com informações sobre a origem do internauta. Depois, apresenta as linhas gerais do projeto em dez abas como “objetivos gerais”, “papel das Organizações Sociais” e “Fundo”. Cada uma delas solicita uma avaliação - múltipla escolha - sobre a clareza do tópico: “totalmente claro”, “claro com ressalvas” ou “não está claro”.

As opiniões sobre o conteúdo ficam limitadas em uma área reservada para “comentários adicionais”. Nela, o registro pode ser feito por meio de texto corrido com limite de cinco mil caracteres.

ANDES

O uso político da plataforma e a fragilidade da pesquisa de opinião preocupam o Sindicato Nacional dos Docentes. “Ela não

tem validade. Não influencia nada, é distinta das consultas do Congresso que, necessariamente, explicitam as medidas provisórias, decreto, lei ou emenda parlamentar da proposta”, diz a diretora do Andes, Eblin Farage. “A pessoa pode concordar com uma proposta só porque não tem ideia das mudanças legais que ela implica”, acrescenta.

Para Eblin, o formato digital também reduz a credibilidade dos resultados. “O MEC pode perguntar o que quiser e fazer qualquer coisa com as respostas obtidas. Inclusive usá-las apenas para dizer que o processo foi democrático”, argumenta.

FASUBRA

O formato também não foi bem recebido pelos técnico-administrativos. “A primeira coisa que chama atenção é que o cadastro não tem a opção ‘técnico-administrativo’. Mas têm ‘estudante’ e

‘professor’. Além disso, o período para contribuições é curto. Quer dizer, não é para a comunidade universitária participar”, avalia o coordenador da federação dos técnico-administrativos das universidades (Fasubra), Luan Badia.

Badia afirma que a federação está em alerta e participa das mobilizações contra a proposta.

CALENDÁRIO

Inicialmente previsto para 31 de julho, o prazo para colaborações ao Future-se foi estendido para 7 de agosto. A alteração foi solicitada pelos reitores durante a reunião com a pasta, realizada na véspera do lançamento oficial do Future-se e da consulta pública online.

No perfil oficial do Ministério da Educação no Facebook, no entanto, aparece a data de 15 de agosto. A assessoria não confirmou qual é o prazo final.

ENTREVISTA | CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY, PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CECIERJ

UNIVERSIDADES PÚBLICAS SÃO EFICIENTES TAMBÉM NA GRADUAÇÃO

GIULIA VENTURA
giulia@adufrrj.org.br

Em tempos de ataques à educação pública, um artigo do professor Carlos Bielschowsky, presidente do consórcio de ensino superior à distância do Rio (Cederj), mostra que universidades federais são mais eficientes na graduação que instituições particulares. O texto, publicado na revista EaD em Foco, ainda revela que o melhor desempenho é obtido com um custo médio por aluno equivalente ao das privadas. Em entrevista ao **Jornal da AdUFRJ**, Bielschowsky, que é docente do Instituto de Química da UFRJ, fala sobre este estudo que abordou também da mudança de perfil socioeconômico nas federais.

■ **Jornal da AdUFRJ-O que motivou o senhor a escrever o artigo?**

● **Bielschowsky-** Primeiro, existe um conjunto de mitos sobre a graduação das instituições públicas de ensino superior e eu tenho percebido no meu trabalho de pesquisa que esses mitos não correspondem à realidade. É importante trazer dados concretos a essa discussão. Em segundo lugar, me preocupa muito o contingenciamento de 30% de custeio dessas instituições e também na Capes. Eu participei da gestão da UFRJ e sei o que significa um corte de custeio de 30%.

■ **Qual foi a metodologia do trabalho?**

● Acompanhamos a trajetória de dois milhões de alunos para entender como funcionava a eficiência de diplomação das universidades públicas e privadas. Acompanhamos os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 1,1 milhão de alunos para entender os desempenhos das universidades públicas e privadas, e também o perfil socioeconômico contido nesses dados. Além disso, olhamos os dados financeiros de todas as universidades federais e a mensalidades dos alunos das universidades particulares para poder ter um parâmetro que permitisse analisar melhor o desempenho das instituições públicas.

■ **E o que o senhor descobriu?**

● Primeiro, as universidades e os institutos públicos têm uma taxa de diplomação superior às privadas, quebrando, portanto, o mito de que essas instituições públicas de ensino superior são ineficientes. Em segundo lugar, nós mostramos os resultados

do Enade, portanto, a qualidade do ensino praticado ela é bem superior às universidades privadas – o que já sabíamos e só foi confirmado. Outro elemento importante desse trabalho é mostrar que as universidades públicas não são frequentadas principalmente por gente rica. No entanto, um quarto, 25% dos alunos que frequentam as universidades públicas tem renda familiar igual ou inferior a dois salários mínimos. Lembrando que essas pessoas ainda têm custos com transporte e alimentação; e mais da metade tem renda familiar igual ou superior a dois salários mínimos. E, finalmente, as universidades públicas têm sido atacadas pelo Banco Mundial e pela mídia impressa por ter um grande custo no ensino de graduação.

“O argumento recorrente que se utiliza para desvalorizar as universidades é que o custo aluno/ano é muito grande e eu mostro nesse trabalho que não é. Ele é equivalente ao da privada.

■ **Por que tantos ataques às universidades públicas?**

● Ninguém ataca as universidades públicas pela pesquisa e pela pós-graduação, até porque as universidades federais e estaduais respondem por 80% de todos os alunos de pós-graduação do país. Se não fossem elas, não existiria. Então, o argumento recorrente que se utiliza



DIVULGAÇÃO

Conad aprova texto contra plano do MEC

> Encontro de professores ocorreu na Universidade de Brasília. Documento contra o Future-se foi definido por aclamação, alerta para os riscos de desmonte do ensino superior e convoca greve geral

ELISA MONTEIRO
Enviada especial ao Conad

O plano do governo para as universidades mobilizou os participantes do 64º Conselho do Andes (Conad). Preocupados com o destino da educação no país e com as linhas gerais do projeto do MEC, os professores aprovaram um “Manifesto de Alerta em Defesa do Ensino Superior Público e Gratuito”. O encontro foi realizado entre 11 e 14 de julho, na Universidade Brasília.

Diretora da Adufrj, a professora Tatiana Sampaio elogiou a deliberação. “A aclamação do manifesto traduz a maneira como o movimento docente está respondendo aos ataques às universidades, institutos federais e Cefets: uma rejeição imediata, consistente e unitária a todos os projetos que venham a enfraquecer essas instituições”, disse. O documento pede que os pro-

fessores fiquem “atentos e preparados para o enfrentamento à altura da gravidade dos ataques anunciados”. E convoca para uma Greve Nacional da Educação, em 13 de agosto.

Inicialmente chamada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), a data foi incorporada ao calendário de mobilizações do Andes e da sua central sindical CSP-Conlutas.

A professora Mariana Trotta, vice-presidente da Regional Rio de Janeiro do Andes, avaliou que o manifesto serve para divulgar os ataques às instituições públicas de ensino superior para a comunidade acadêmica e à sociedade brasileira em geral. Trotta observou que, além da greve em 13 de agosto, o documento também aponta a necessidade de uma greve geral. “Para mudar essa correlação de forças de desmonte do sistema de ensino público e gratuito”, completou.



ELISA MONTEIRO

PREOCUPAÇÃO manifesto alerta sobre ataque à autonomia

“Precisamos nos antecipar ao que o governo está propondo. Esse plano vai destruir a universidade”, completou.

Outro texto de resolução aprovado no encontro indicou o combate a qualquer proposta que vise alterar a natureza jurídica das instituições públicas de ensino, resguardando seu caráter gratuito e autonomia de gestão.

NÚMEROS DO CONAD

A 64ª edição do Conselho Nacional do Andes recebeu, ao todo, 238 representantes de 64 seções sindicais, divididos entre 62 delegados, 134 observadores, 38 diretores nacionais e quatro convidados.

O encontro, realizado na Associação de Docentes da UnB (AdUnb), fez uma avaliação e atualização do plano de lutas do movimento docente, a partir dos temas de educação, direitos e organização dos trabalhadores e trabalhadoras.

O manifesto dos docentes afirma que o programa ministerial “poderá promover o mais profundo ataque à universidade pública, ferindo sua autonomia e impondo categoricamente sua privatização”.

“Se esse plano (Future-se) se concretizar, teremos que fazer uma luta mais dura”, disse o presidente da ADUnB, Luis Antonio Pasquetti, que compôs a comissão responsável pelo texto apresentado à plenária final.

TAXAS DE PERMANÊNCIA E DIPLOMAÇÃO PARA INGRESSANTES EM 2010*

	2015 (permanência +conclusão)	2017 (diplomação)
Públicas federais	54,8%	47,2%
Públicas estaduais e municipais	59,5%	54,1%
IES privadas	40,2%	37,4%

*Apenas universidades

RESULTADOS PARA O ENADE*		GASTO MENSAL POR ALUNO	
Públicas federais	3,14	Públicas federais	
Públicas estaduais e municipais	2,60	R\$ 1.483,41	
IES privadas	2,16	Particulares	
		R\$ 1.346,80	

*Proporcional, de todos os alunos presenciais e de EaD, no ciclo 2015-2017

RENDA FAMILIAR DOS CONCLUINTE PARTICIPANTES DO ENADE DO CICLO 2015-2017 (%)*

Renda (SM)**	Até 1,5	De 1,5 a 3	De 3 a 4,5	De 4,5 a 6	De 6 a 10	> 10
Federais	19	23,3	17,5	12,1	14,3	13,7
Estaduais e municipais	25	26,4	17,6	10,9	11,5	8,6
Privadas	14,5	26,5	20,7	13,2	13,6	11,4

*Apenas universidades

**Salário-mínimo

para desvalorizar as universidades é que o custo aluno/ano é muito grande e eu mostro nesse trabalho que não é. Ele é equivalente ao da privada. O custo aluno/ano calculado pelo Banco Mundial e por outras agências seria de R\$ 40.000 e eu mostro que esse custo é de R\$ 17.800, o que é bastante razoável (nas particulares, segundo o artigo, o custo estimado para as particulares é de R\$ 16.160).

■ **Por que é importante divulgar esses resultados?**

● É importante fazer com que a sociedade saiba que as universidades públicas são eficientes não apenas na pós-graduação, na pesquisa e na extensão, mas também nas suas atividades de graduação. É finalmente, é muito importante que nós possamos levar ao governo federal dados que permitam a ele fazer uma revisão dessa posição de contingenciamento de recursos públicos das instituições.

Reunião anual vai debater cortes em C&T

ANA PAULA GRABOIS
anapaula@adufrrj.org.br

Começa neste domingo a 71ª edição da Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). O encontro ocorre pela primeira vez na UFMS, em Campo Grande, e vai até sábado, 28. O tema deste ano é “Ciência e Inovação nas Fronteiras da Bioeconomia, da Diversidade e do Desenvolvimento Social”. “A questão ambiental é fundamental para a região Centro-Oeste e para o Brasil todo. Mas também vamos debater a dramática situação do financiamento da ciência e tecnologia do país”, afirmou o presidente da SBPC, Ildeu Moreira, também professor do Instituto de Física da UFRJ. “A posição histórica da SBPC é de defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade”, disse. Reeleito em junho para presidir a mais importante sociedade científica do país, Ildeu tomará posse no dia 25 de julho durante o encontro no Mato Grosso do Sul. “A SBPC um grande palco de debates, mobilização e de construção de propostas alternativas, mas também de divulgação científica”, disse Ildeu Moreira. Diversos pesquisadores da UFRJ apresentarão trabalhos na reunião. A AdUFRJ estará presente com uma exposição sobre o Observatório do Conhecimento, a rede de 14 associações docentes que tem atuado em defesa da educação da universidade pública, gratuita e de qualidade, além da liberdade acadêmica. “Depois da divulgação do Future-se, na quarta-feira passada, poucos lugares são mais apropriados para estar na semana que vem do que em Campo Grande, na reunião da SBPC. Lá, a comunidade científica poderá debater os próximos passos para a defender a universidade”, disse o diretor da AdUFRJ, professor Felipe Rosa. Ele acrescenta que será a primeira reunião da SBPC durante o novo governo e após os cortes no MEC e no MCTIC.



“Esperamos que seja muito proveitosa. Vamos mostrar dados e opiniões e esperamos receber de outras pessoas”. Para Rosa, o encontro é importante por reunir integrantes do ensino superior, ensino médio e de todas as áreas das ciências que discutem e mostram a sua produção. “Vamos debater o que fazer diante da primeira proposta minimamente concreta que o governo apresenta para a educação superior, como digerimos isso e quais as nossas contrapropostas”, observou. “Muito embora o momento esteja conturbado, estou bastante otimista”, afirmou.

Diante da conjuntura de ataques à ciência, à educação e ao conhecimento científico, o encontro terá discussões sobre as ações em Ciência e Tecnologia do novo governo, os primeiros seis meses da gestão Bolsonaro e as Ciências Sociais. Um exemplo é a conferência “A crise da democracia no Brasil”, a ser proferida pelo antropólogo Otávio Velho, do Museu Nacional.

A edição de 2019 terá diversas sessões

sobre indígenas, negros e mulheres, como “15 anos de ações afirmativas e os desafios para as Ciências”, “Trajetórias de Sucesso: gênero e Ciência no contexto internacional”, da professora emérita da UFRJ Alice Rangel de Paiva Abreu, e “O ninho de língua Kaingang da terra indígena Nonoai”, da pesquisadora da UFRJ Márcia Nascimento Kaingang, que também é indígena.

Estão programados debates também sobre metas do Plano Nacional de Educação, políticas para a educação superior, desafios da educação básica e liberdade acadêmica. A SBPC lançará ainda a Pesquisa de Percepção Pública da Ciência e Tecnologia no Brasil em parceria com o Centro de Gestão e Estudos Estratégicos e o MCTIC. Celebrações farão parte do encontro: os 20 anos da Plataforma Lattes, o centenário do eclipse de Sobral, os 150 anos da Tabela Periódica, o Ano Internacional das Línguas Indígenas, os 250 anos de Alexander Von Humboldt e os 50 anos da descoberta dos Quark.

INÉDITO

Éa primeira vez que a UFMS sedia a Reunião da SBPC

Docentes da UFRJ brilham na Flip

> Aparecida Vilaça, do Museu Nacional, e o historiador José Murilo de Carvalho integraram a programação principal

GIULIA VENTURA
giulia@adufrrj.org.br

“É muito importante que um livro escrito na universidade, por uma professora do Museu Nacional e cientista da área de Humanas - contextos tão pouco valorizados no ambiente político atual - tenha sido selecionado para o mais importante festival literário do país”. A opinião é da antropóloga Aparecida Vilaça. Seu trabalho integrou a programação principal da 17ª edição da Festa Literária Internacional de

Paraty (Flip).

Em sua primeira participação no evento, a professora apresentou o livro “Paletó e eu”, que retrata a experiência vivida com o povo indígena Wari, do norte de Rondônia (RO). Aparecida estudou o cotidiano do grupo e a relação com os brancos, em 1980. Durante a estadia, a pesquisadora foi adotada pelo índio chamado Paletó, descrito na obra como um pensador e intelectual. “Minha contribuição com esse livro é mostrar um lado mais cotidiano, mais pró-

ximo dessa população indígena e a possibilidade das relações entre pessoas oriundas de culturas tão diversas”, disse.

Durante a mesa na Flip, que foi moderada por Paulo Roberto Pires, professor da Escola de Comunicação da UFRJ, Aparecida denunciou o aumento das hostilidades aos indígenas: “Vivemos um momento de retrocesso absoluto. Voltamos aos anos 50 e 60”, disse. “As invasões em terras indígenas estão acontecendo muito desde o início do novo governo. Da mesma forma que os desmatamentos na Amazônia estão se acelerando”, completou.

A professora contou que o incêndio do Museu Nacional também representou uma perda enorme para vários povos

indígenas. O Museu guardava registros linguísticos, objetos e cadernos de campo de alguns pesquisadores que serviam como guias para aqueles que já haviam perdido seus territórios e parte da história. “Os próprios indígenas recorriam ao Museu, ao seu acervo, para aprender coisas sobre o seu passado, sobre seus ancestrais”, lembrou Aparecida.

HISTÓRIA

José Murilo de Carvalho, professor emérito do Instituto de Filosofia e de Ciências Sociais (IFCS), também participou da programação da festa literária no último dia 12. O historiador tratou do homenageado da edição deste ano, o escritor Euclides da Cunha (1866-1909). “Em

sua obra principal, Os Sertões, Euclides deu uma guinada em nossa maneira de ver o Brasil, ao voltar o olhar para os de baixo, os excluídos, os invisíveis”, explicou.

Autor de obras célebres, entre eles As Forças Armadas e a Política no Brasil (Todavia, 2005) e Os Bestializados (Companhia das Letras (1987), José Murilo apresentou dois de seus mais novos livros, “Jovita Alves Feitosa, voluntária da pátria e da morte” – que conta a história de uma jovem cearense que se vestiu de homem para lutar na Guerra do Paraguai – e “Forças Armadas e política no Brasil” – a obra, publicada em 2005, ganhou uma reedição na atual conjuntura, de retorno do protagonismo militar.